

Presos em caso de trama golpista pedem a Moraes para serem soltos

Risco a provas e monitoramento de ministro foram usados em solicitação de prisão preventiva dos suspeitos

José Marques

BRASÍLIA As defesas dos presos preventivamente na quinta-feira (9) por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), já prepararam ou protocolam pedidos de revogação das detenções, sob a justificativa de que elas são desnecessárias ou atemporais.

Para fundamentar as prisões, a Polícia Federal e o Ministério Público apontaram que havia risco de destruição de provas e até a possibilidade de continuidade do monitoramento de Moraes e de outras autoridades que eram vigiadas pelos investigadores. Três prisões foram cumpridas na própria quinta-feira da semana passada, na deflagração da ação que investiga uma tentativa de golpe de Estado por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de aliados para manter o poder antes e após a derrota nas eleições para Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Foram presos Filipe Martins, que foi assessor para assuntos internacionais de Bol-

ssonaro, o major Rafael Martins de Oliveira, conhecido como Joe, e o coronel Marcelo Câmara. Um mandado ficou em aberto até domingo (16), quando o coronel do Exército Bernardo Romão Corrêa Neto retornou dos Estados Unidos e se entregou à PF.

Os alvos de prisão preventiva (sem tempo determinado) faziam parte do chamado "núcleo de inteligência" das suspeitas de tentativa de golpe, segundo a investigação.

Marcelo Câmara, que foi assessor especial da Presidência da República, monitorou o deslocamento e localização de Moraes, conforme os investigadores. Uma prisão do ministro do STF estava prevista na chamada "minuta do golpe", rascunho de decreto a ser assinado por Bolsonaro.

As concordar com a prisão, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou que "Câmara tinha 'acesso privilegiado a informações sensíveis' e que houve uso de 'equipamentos tecnológicos fora do alcance legal das autoridades de controle oficiais'".

Adesão de Câmara, coman-

dado pelo advogado Eduardo Kuntz, afirma que não existe nenhuma contemporaneidade de nos argumentos apresentados pelos investigadores que justifique a prisão do coronel.

Kuntz argumenta ainda, ao pedir a revogação da prisão, que as investigações tratam de episódios supostamente ocorridos no fim de 2022 e que a prisão só foi solicitada no fim de 2023.

Além disso, diz que não há evidência de que houve uso por Câmara de sistemas informatizados para monitoramento de autoridades, seja de forma legal ou ilegal. De acordo com a defesa, não é crime acessar agenda pública de autoridades e compará-las as informações.

Ele quer que Moraes reconsidere sua decisão de prisão ou que leve o pedido para julgamento colegiado no STF. Ao mesmo tempo, a defesa pediu ao presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, que entenda que Moraes não é imparcial para julgar o caso, já que ele tem sido monitorado, e solicita que o processo seja distribuído, por meio de sorteio, para outro magistrado competente.

No caso de Filipe Martins, as investigações apontaram que ele intermediava o contato com as pessoas que redigiram a minuta do golpe e estava presente quando o texto foi apresentado aos comandantes do Exército, da Marinha e do então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira.

Gonet afirma que o nome de Martins figurava na lista de passageiros que viajou com Bolsonaro para os EUA, mas que não existe registro na PF da saída do ex-ssessor no controle migratório, o que poderia indicar "que tenha se esquivado do país para se furtar

Polícia do DF indiciou Jair Renan por suspeita de fraude em empréstimo

César Feltosa

BRASÍLIA A Polícia Civil do Distrito Federal indiciou Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob suspeita de crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro. Maciel Carvalho, ex-empresário de Jair Renan, também foi indiciado.

Eles foram investigados por suspeita de falsificação em faturas da empresa do filho de Bolsonaro, a RB Eventos e Mídia, para conseguir empréstimo bancário. Os números falsos apontavam para um faturamento de R\$ 4,6 milhões no período de um ano, entre 2021 e 2022. Os detalhes foram obtidos pelo G1, e o indiciamento foi confirmado pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Agora cabe ao Ministério Público do Distrito Federal avaliar as provas e decidir se apresenta denúncia contra os investigados.

"Relatório final de investigação foi encaminhado ao Poder Judiciário em 8 de fevereiro de 2024. O processo continua sob sigilo, razão pela qual não serão fornecidos mais detalhes", disse a Polícia Civil.

Foram, ao todo, três empréstimos obtidos pela empresa de Jair Renan. O primeiro foi de cerca de R\$ 157 mil, o segundo de R\$ 250 mil e o terceiro de R\$ 200 mil. De acordo com a investigação, Jair Renan teria aproveitado parte dos valores obti-

dos no empréstimo para pagar faturas de cartões de crédito da empresa.

O filho do ex-presidente foi alvo de buscas em agosto do ano passado. Policiais apreenderam celulares, HDs e documentos em endereços ligados a Jair Renan em Brasília e Balneário Camboriú (SC).

Na operação, Maciel Carvalho ainda havia sido preso. Ele detinha o Complexo da Papuda nesta quinta-feira (16) apesar do indiciamento. De acordo com a Polícia Civil, o esquema para conseguir os empréstimos ainda envolvia a transferência de recursos por meio de contas laranjas, em nome de pessoas fictícias. As movimentações financeiras foram consideradas pelos investigadores como uma forma de lavagem de dinheiro, para esconder a origem dos recursos.

Além do indiciamento, o Tribunal de Justiça do DF intimou Jair Renan a pagar uma dívida de mais de R\$ 560 mil para o banco Santander. O valor se refere à parte do empréstimo que não foi quitada pela empresa.

"Esta decisão tem força de certidão de admissão da execução, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora ou arresto", escreveu o juiz Luiz Batista Gonçalves da Silva na decisão.

A reportagem entrou em contato com o advogado de Jair Renan, Admar Gonzaga, que não se manifestou até a publicação da reportagem.

semináriosfolha

folha.com.br/matematica

Contribuição da Matemática para a Economia

Profissões com uso intensivo da matemática, como tecnologia, finanças e engenharias, têm remuneração acima da média. As vagas nessas áreas são mais preservadas em crises e o índice de formalidade é maior.

Mesmo assim, não temos muitos profissionais nessas áreas. Em comparação com outros países, o Brasil tem poucos desses profissionais. É preciso discutir como valorizar o ensino da matemática e promover uma maior participação de mulheres e negros nesses segmentos.

20 DE FEVEREIRO
às 15h



ASSISTA ONLINE

Aponte a câmera do seu celular para a imagem ao lado e saiba mais

REALIZAÇÃO

